

25 DE NOVEMBRO DE 1975 50 ANOS DEPOIS

COORDENADORES

**TENENTE-GENERAL ALÍPIO TOMÉ PINTO
MAJOR-GENERAL JOÃO VIEIRA BORGES**

Índice

Prefácio

Da Liberdade à Democracia

Alípio Tomé Pinto 11

PARTE I

O Norte e o 25 de Novembro de 1975

1 de julho de 1975: o pronunciamento dos oficiais da

Região Militar do Norte

David Martelo 21

Pires Veloso e o 25 de Novembro

Adília Fernandes 30

PARTE II

Operações militares no 25 de Novembro de 1975: De Estremoz a Lisboa

O Regimento de Cavalaria de Estremoz no 25 de Novembro de 1975

Alexandre de Sousa Pinto 43

Os Comandos e a atividade operacional da CCmds 113/75

Manuel Apolinário 52

PARTE III

O 25 de Novembro de 1975: Testemunhos

O 25 de Novembro de 1975

Alexandre de Sousa Pinto 75

O 25 de Novembro na Escola de Fuzileiros

Alcindo Ferreira da Silva 90

PARTE IV

A Temperança e a Democracia do 25 de Novembro de 1975

O 25 de Novembro: movimento de normalização da vida portuguesa

Luís Valença Pinto 115

O impacto do 25 de Novembro na Assembleia Constituinte.

A difícil afirmação da legitimidade democrática

David Castaño 125

PARTE V

A Força Aérea no 25 de Novembro de 1975

A Força Aérea no 25 de Novembro de 1975: o meu testemunho

António Vaz Afonso 141

O 25 de Novembro em Ovar

António de Jesus Bispo. 152

PARTE VI

Os Açores e o 25 de Novembro de 1975

“Ecos” nos Açores do 25 de Novembro de 1975

José Salgado Martins. 161

<i>O 25 de Novembro nos Açores</i>	
Avelino de Freitas de Meneses	170

PARTE VII

O 25 de Novembro de 1975 e a institucionalização das Forças Armadas como garante da ordem democrática: Regresso à NATO e a África

O 25 de Novembro de 1975 e a institucionalização das Forças Armadas como garante da ordem democrática: regresso à NATO

José Pinto Ramalho	213
------------------------------	-----

O 25 de Novembro de 1975 e a institucionalização das Forças Armadas como garante da ordem democrática

Nuno Lemos Pires e Miguel Maldonado	224
---	-----

Breve Comentário sobre o 25 de Novembro de 1975

Fernando Melo Gomes	235
-------------------------------	-----

Mensagem

António Ramalho Eanes	239
---------------------------------	-----

Posfácio

Da Democracia com História

João Vieira Borges	241
------------------------------	-----

Anexos	249
-------------------------	-----

A – RCM n.º 132-A/2025, de 28 de agosto (Criação da C25NOV75)	251
--	-----

B – Despacho n.º 11811/2025, de 2 de outubro (Constituição da C25NOV75).	255
---	-----

C – Programa das Conferências-Debate	257
--	-----

D – Sínteses Biográficas dos Autores	261
--	-----

E – Lista de Siglas	263
-------------------------------	-----

PREFÁCIO

Da Liberdade à Democracia

Alípio Tomé Pinto

Esta obra constitui o corolário de um conjunto diversificado de conferências-debate sobre o 25 de Novembro de 1975, organizadas pela Comissão para as comemorações dos 50 anos desta efeméride a que tive o privilégio e a honra de presidir. Representam as diferentes visões de atores, professores e investigadores, mais ou menos marcadas pelo tempo decorrido e pela ligação maior ou menor aos factos ocorridos, mas todas elas muito importantes para compreender o presente e, sobretudo, são um legado para as gerações vindouras. Neste prefácio, que entendi intitular “Da Liberdade à Democracia”, descrevo em oito pontos algumas ideias pessoais sobre o 25 de Novembro de 1975 (que vivi intensamente), a organização das conferências-debate, os agradecimentos merecidos, as angústias e as mensagens de e para o futuro. Deixo assim o espaço mais analítico para o posfácio, da autoria do Major-General João Vieira Borges, que me acompanhou neste caminho de permanente aprendizagem.

1. Cinquenta anos passados é, pois, tempo de uma análise cuidada e de avaliação dos factos passados no dia 25 de Novembro de 1975 e sua relação com a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Data amada por uns e excluída por outros, festejada ou esquecida, não restam dúvidas de que a Liberdade alcançada em 25 de Abril foi fundamental para prosseguir os objetivos prometidos com a Revolução: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver.

O Desenvolvimento é fator permanente da responsabilidade e preocupação da Sociedade através das suas estruturas de Governação, Controlo e Segurança. A Descolonização, com riscos e desespero, estava em curso com a ajuda da Comunidade Internacional desencadeando uma ponte aérea em direção a Lisboa. E sem Democracia não haveria Liberdade.

A “deriva” iniciada em janeiro de 1975 atingiria o seu auge a 11 de março de 1975, marcada por instabilidade e medo: fuga de pessoas e bens, nacionalização de empresas, bancos, seguros e propriedades agrícolas, e delapidação das reservas financeiras. A listagem de acontecimentos é interminável... o desespero instala-se. A prisão de Caxias abre-se novamente para presos sem culpa formada. Os saneamentos *ad hoc*... Enfim, Abril estava em perigo.

Desde já sublinho a elevada importância das eleições realizadas em 25 de abril de 1975, que decorreram com entusiasmo, segurança e opção do Povo através do voto esquecido por longos anos.

Estava em risco a perda desse conhecimento histórico do 25 de Novembro de 1975, por alguns desejado e a não incluir no cerimonial comemorativo do 25 de Abril de 1974.

2. O esquecimento estava em curso, pelo que a Presidência do Conselho de Ministros, através da Resolução n.º 132-A/2025, determinou a realização das Comemorações do 50.º aniversário do 25 de Novembro de 1975 criando uma Comissão para as promover e organizar. Relembrem-se aqui os seus propósitos:

- Ao assinalar-se o cinquentenário do 25 de Novembro de 1975, evoca-se um momento crucial da História contemporânea portuguesa, determinante para a consolidação do regime democrático nascido da Revolução do 25 Abril de 1974 [...];
- Com o 25 de Novembro de 1975, afirmou-se a autoridade legítima do Estado democrático, contribuiu-se para estabilizar as Instituições, assegurou-se o ambiente político e social propício à adoção e à plena entrada em vigor da Constituição da República, aprovada meses depois [...];

- Pretende-se com estas comemorações promover, particularmente entre os mais jovens, um conhecimento mais aprofundado das origens do regime democrático e uma reflexão mobilizadora de todos e da sociedade, sobre os desafios presentes e futuros da vida coletiva nacional;
- As comemorações [...] são, por conseguinte, uma oportunidade para reconhecer e celebrar, de forma plural e inclusiva, a coragem dos que, num tempo conturbado e incerto, asseguraram a legalidade democrática, a proteção das liberdades fundamentais e a salvaguarda da paz civil em Portugal [...];
- O 25 de Novembro de 1975 marcou o fim de um período de grande instabilidade política e social, vivido em particular desde o 11 de março de 1975 [denominado por PREC – Processo Revolucionário em Curso].

3. Assim, nos termos do Art.º 28.º da Lei n.º 4/2004 de 15 de janeiro e seguintes, o Conselho de Ministros resolveu:

- Determinar a realização das comemorações do quinquagésimo aniversário da ação militar, iniciada com sucesso a 25 de novembro de 1975, a terem lugar a partir de 25 de outubro de 2025, prevendo o *terminus* do seu mandato em 15 de maio de 2026;
- Estabelecer o que compete [missão] à Comissão, a sua composição e, sublinha, «Dialogar com a Estrutura de Missão para as comemorações do quinquagésimo aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 relativamente à articulação entre os respetivos programas comemorativos»;
- E, por fim, estabelecer o que compete ao Presidente da Comissão das Comemorações do 25 de Novembro de 1975.

4. Feita a primeira apreciação, permito-me dizer quanto de oportunidade foi a decisão do Conselho de Ministros, porquanto o tempo dos que viveram estes acontecimentos está no seu fim.

Poucos estavam em condições de o recordar e a História não desculpava o esquecimento de período tão conflituoso em que dois

Sistemas Políticos se digladiaram, chegando ao ponto de se poder desencadear uma guerra civil e o desmembramento do território, separando-se Madeira e Açores do Continente, com consequências graves para a Unidade da Nação.

Mas também no Continente se processaram acontecimentos que, desprezando o sentir das populações locais, levariam não só a desencontros sociais como possíveis atos de violência.

O País estava dividido pela “fronteira de Torres Vedras a Rio Maior”, com homens e mulheres da terra, herdeiros de tradições de que não abdicavam. Um Norte sólido e conservador, onde a violência ainda assentou arraiais por pouco tempo. Uma Grande Lisboa, caldo de todas as experiências e lugar de encantamento para “revolucionários de todo o mundo” que aqui encontraram poiso durante um determinado período. No Alentejo, vivia-se a “Grande Revolução Social”, onde predominava a presença de um partido político com fortes tradições históricas recolhidas noutras latitudes e noutros tempos.

A operação militar desencadeada em 25 de novembro de 1975, sempre sob as ordens do Presidente da República (Comandante Supremo das Forças Armadas) com risco e mortes, resultou de um longo acompanhamento e análise da situação a todo o momento. Cuidou-se da atuação das unidades interventoras para restabelecer a segurança, disciplina e fazer respeitar a cadeia de comando.

Os acontecimentos que tiveram lugar de 11 de março de 1975 a 25 de novembro de 1975, referidos nesta obra, puseram cobro à deriva totalitária e terminaram por confirmar o regime democrático.

- 5. À Comissão constituída, e aos que voluntariamente se juntaram, às autarquias e unidades militares locais, a outras Instituições e à serena ligação à Estrutura de Missão das Comemorações dos 50 Anos do 25 Abril de 1974 e, em especial, aos ramos das Forças Armadas (FA), se deve o sucesso do programa elaborado e executado um pouco por todo o País, sempre apoiado logisticamente pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN), sem qualquer intervenção política ou outra.**

Esta obra reflete uma parte desse programa, relacionado com as conferências-debate.

Solicitada a participação de alguns membros do “Grupo dos Nove”, importantes na luta para repor as promessas de Abril de 1974, pelo cansaço ou por outras razões que não vislumbro, não recusaram, mas também não apoiaram. Continuou a amizade e simpatia. Há cansaço, objetivos pessoais não alcançados, sei lá...

Durante esse período revolucionário, houve intensa participação de alguns partidos democráticos e admitíamos que os atuais reconhecessem esse passado. Não aconteceu... É questão exterior à nossa missão.

6. As conferências-debate a que demos um título que diz não só dos assuntos em conferência, mas que também caracteriza a “alma” do local onde foram realizadas, cobriram todo o País, de Norte a Sul e do Continente às ilhas. Ora vejamos:

- 27 de novembro de 2025, no Funchal (Madeira), “50 Anos do 25 de Novembro: A Importância da Instituição Militar para a Segurança do País e Aliados”;
- 13 de fevereiro de 2026, no Porto, “O Norte e o 25 de Novembro de 1975” (Cidade Invicta e sempre vitoriosa, além da referência de Jorge de Moraes – O Porto da Liberdade);
- 25 de fevereiro de 2026, em Estremoz, “Operações Militares no 25 de Novembro de 1975: de Estremoz a Lisboa”. O previsível seria de Lisboa ao Alentejo... Assim não aconteceu, a situação em Setúbal era preocupante pela ameaça sobre o Regimento de Infantaria 11 e a proximidade da Escola de Fuzileiros ainda a podia agravar mais. Seria, porém, na cidade de Lisboa e arredores que a decisão última teria lugar com a atuação do Regimento de Comandos (RCmds) e sobrevoo da Força Aérea com voos rasantes sobre as Bases Aéreas (BA). O poder político e partidos democráticos deslocaram, por razões de segurança, meios significativos para o Norte (Porto).

- 26 de março de 2026, em Braga, “Três Testemunhos”. Cidade Milenar; Igreja; Dinamização Cultural. Três oradores distintos e vinculação profunda dos seus ideais políticos;
- 23 de abril de 2026, em Coimbra, “Temperança e Democracia”. Creio que será esta a cidade guardadora das memórias da Revolução. Assim sendo, e além da cidade do “saber”, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa no seu discurso de 25 de Novembro de 1975, na Assembleia da República, de homenagem ao 25 de Novembro de 1975, apelou à Temperança como fator decisivo para a união dos Portugueses e a consolidação da Democracia;
- 29 de abril de 2026, em Ovar, “A Força Aérea no 25 de Novembro de 1975”. Nem podia ser outra a designação pelo excecional trabalho de organização de meios deste ramo das Forças Armadas no Aeródromo de Maceda (hoje base aérea) para uma atuação oportuna e de equilíbrio de forças;
- 7 de maio de 2026, em Ponta Delgada (Açores), “Os Açores e o 25 de Novembro de 1975”, com preocupações de segurança, mas especialmente de âmbito político;
- 20 de maio de 2026, em Lisboa, “O 25 de Novembro e a Institucionalização das Forças Armadas como garante da ordem democrática: Regresso à NATO e a África”. E assim terminaria em confiança por um futuro que há que construir e como sempre criar condições de resposta aos desafios de hoje e de amanhã.

7. No decorrer destas conferências-debate, sempre com a presença do Presidente da Comissão (exceto Madeira e Açores), do Major-General João Vieira Borges, da Sílvia de Almeida e de alguns colaboradores do MDN, além dos conferencistas propriamente ditos, apresentávamos imagens nunca antes vistas ou esquecidas, constantes no documentário *Recordar o 25 de Novembro de 1975*, com uma duração de cerca de 45 minutos, que despertavam o interesse de todos e em especial dos mais novos. A falta de informação e o desconhecimento eram quase